



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 8.444, de 2017

Autoriza, para fins de apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, a dedução de despesas necessárias para a prestação gratuita de serviços odontológicos a pessoas carentes.

Autor: Deputado RONALDO FONSECA

Relator: Deputado IZALCI LUCAS

I –RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado RONALDO FONSECA, autoriza, para fins de apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas - IRPF, a dedução de despesas necessárias para a prestação gratuita de serviços odontológicos a pessoas carentes. O benefício fiscal é proposto por meio da inclusão de novo parágrafo 5º ao art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que faculta ao contribuinte que percebe rendimentos do trabalho não assalariado deduzir diversas despesas elencadas do IRPF decorrente do exercício da respectiva atividade.

Segundo a justificativa do autor, o Brasil necessita adotar medidas que ampliem o número de atendimentos odontológicos, especialmente para a população com renda mais baixa, considerando que a maioria da população não sabe sequer que tem direito ao atendimento público de saúde bucal. Para o Deputado, a expectativa é “que os dentistas brasileiros aumentem o número de atendimentos gratuitos oferecidos à população carente” em decorrência do benefício fiscal proposto.

O projeto tramita em regime de tramitação ordinária (art. 151, III - RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pela Comissão (art. 24, II - RICD) tendo sido distribuído apenas à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, II - RICD), além da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, I - RICD).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD (arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação - NI/CFT definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT define que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor*” e como adequada “*a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual*”.

O projeto sob análise promove impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita¹, devendo a tramitação da proposição subordinar-se aos ditames do art. 14 da LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O art. 14 da LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como atender o disposto na LDO e a pelo menos uma de duas condições alternativas: uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as

¹ § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO; outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implantadas tais medidas.

Por sua vez, a LDO estabelece que somente será aprovado o projeto de lei ou editada a medida provisória que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada, e que as proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, bem como atender às condições do art. 14 da LRF. Dispõe ainda que os projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

Por fim, cumpre destacar que com a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, foi conferido status constitucional às disposições previstas na LRF e na LDO, as quais têm orientado o exame de adequação orçamentária por parte desta Comissão. Nesse sentido, o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário, ao estabelecer que a *“proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”*.

Constata-se que o projeto se encontra apoiado em renúncia de receitas da União, com possível abertura de espaço para elisão fiscal, considerando a dificuldade em segregar as despesas relacionadas às atividades profissionais remuneradas daquelas voltadas à prestação gratuita de serviços, estas de difícil comprovação e fiscalização. Logo, a iniciativa busca inserir atividade beneficente no mesmo contexto tributário da atividade econômica, promovendo impacto fiscal cujo montante não se acha devidamente explicitado em estimativa da renúncia de receitas nem esta é



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

devidamente compensada. Em face desse aspecto, restam desatendidas as exigências e condições estabelecidas pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, tornando-se forçoso reconhecer que a matéria em exame não se mostra adequada e compatível sob a ótica orçamentária e financeira.

Por esse motivo, fica prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT:

Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.

Feitas essas considerações, somos pela **incompatibilidade e pela inadequação orçamentária e financeira** do Projeto de Lei 8.444 de 2017, ficando assim **dispensada a análise de mérito**, nos termos do art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado IZALCI LUCAS

Relator